

A RELAÇÃO ENTRE AS REDES SOCIAIS E A MÍDIA TRADICIONAL NA ARTICULAÇÃO DISCURSIVA DO *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF¹

THE RELATION BETWEEN SOCIAL MEDIA AND THE TRADITIONAL MEDIA IN THE DISCURSIVE ARTICULATION OF DILMA ROUSSEFF'S IMPEACHMENT

Michele Diana da Luz, Letícia Baron ²

Resumo:

O trabalho tem por objetivo elucidar a relação estabelecida entre os discursos dos Movimentos Endireita Brasil, Brasil Livre e Vem pra Rua e da grande mídia nacional - representada pelos jornais A Folha de São Paulo e O Globo - no período em que a então Presidenta, Dilma Rousseff, foi processada e julgada pelas duas Casas Legislativas. Para tanto, empregamos categorias advindas da teoria do discurso, proposta por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), para demonstrar a articulação estabelecida entre os grupos e a mídia tradicional, na medida em que os movimentos ganham vulto e tomam as ruas. As análises demonstraram que as Organizações Globo e a Folha de São Paulo, se mostraram, no início do processo de Impeachment, cautelosas com a instabilidade política que o processo poderia gerar e desmotivaram o prosseguimento do mesmo. Esta atitude foi amplamente denunciada pelos movimentos à época. Com o aumento das manifestações e a adesão de diversos segmentos ao pedido de Impeachment, O Globo reconsiderou seu posicionamento e fez uma grande cobertura de todos os eventos que resultaram no afastamento de Dilma. A Folha, contudo, manteve seu posicionamento até o final do processo.

Palavras-Chave: *Discurso. Redes Sociais. Impeachment.*

Abstract:

The paper's aim is to elucidate the relation set between the discourse of the groups Endireita Brasil, Brasil Livre e Vem pra Rua and the mainstream national media vehicles - represented by the newspapers A Folha de São Paulo and O Globo - in the time Dilma Rousseff, the then President, was tried and prosecuted by the Congress. For this purpose, we apply theoretical categories from the Discourse Theory, proposed by Ernesto Laclau and Chantal Mouffe (2015), to demonstrate the articulation settled between the groups and the traditional media, as the movements take the streets. The analysis has shown that O Globo and A Folha de São Paulo were, at the beginning of the impeachment process, cautious with the political instability the prosecution could cause and

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Democracia do VII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VII COMPOLÍTICA), realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), de 10 a 12 de maio de 2017.

² Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (micheledluz@gmail.com); Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (letibaron@hotmail.com).

discouraged the continuance of the process. This stance was widely denounced by the movements by the time. As the protests increased, as well as many groups came to endorse the impeachment process, O Globo reconsidered its position and made a vast coverage of all the events that resulted in Dilma's impeachment. A Folha, however, maintained its position till the end of the process.

Keywords: *Discourse. Social Media. Impeachment.*

1. Introdução:

O processo de impeachment da ex-Presidenta Dilma Rousseff foi um episódio que marcou a história política brasileira por dois pontos principais. Primeiramente, por trazer à tona a fragilidade de nossa recente democracia. Em segundo lugar, por expor o poder de organização de correntes ideológicas que até então presumia-se esquecidas ou minoradas. Como pano de fundo, as redes sociais despontaram como o local apropriado para a identificação, organização e difusão de discursos oponentes ao governo petista, possibilitando a articulação destes. Neste cenário de reconfiguração comunicacional, a mídia tradicional não escapou ao discurso de crítica ideológica, tendo seu posicionamento constantemente questionado.

Transpondo as fronteiras digitais, os referidos discursos tomaram as ruas e adquiriram um status de manifestações de massa, operacionalizando, ainda que de forma pouco clara, a unificação de sentidos antagônicos ao inimigo comum - o governo petista. Ante a pressão das ruas, alguns veículos de comunicação de massa viram-se impelidos a inflexionar-se ao discurso que despontava. Dessa interlocução ocasionada entre os discursos da mídia tradicional e daqueles provindos das redes sociais, surgiu nosso questionamento de pesquisa, que visa elucidar como se dá a articulação entre estes dois discursos no desenrolar do processo de impeachment de Dilma Rousseff. Para tanto, estabelecemos como objeto de nossa investigação dois dos principais veículos de comunicação de massa brasileiros, o jornal O Globo, e o jornal Folha de São Paulo. Em contraposição, para análise dos discursos oriundos das redes sociais, selecionamos as páginas oficiais de três grupos, que despontaram como os principais expoentes destes, que são, o Movimento Brasil Livre, o Endireita Brasil e o Vem pra Rua.

Para elucidar nossa questão, o período de análise estabelecido foi o abrangido entre agosto de 2015, período que marcou a unificação da pauta destes três grupos em torno do pedido de impeachment, e agosto de 2016, quando foi realizado o julgamento definitivo, sendo julgado procedente o afastamento da então Presidenta. A operacionalização da análise discursiva foi realizada através do software de análise qualitativa *NVivo* (QSR International), que permite a codificação e comparação dos dados através de sua disposição temporal, assim como das correlações existentes entre os diferentes discursos em um mesmo *nodo*.

2. A nova direita e as manifestações de 2015

O crescimento dos movimentos de apoio a partidos e atores políticos associados à direita do espectro ideológico é um fenômeno que tem ganhado cada vez mais espaço em diferentes países. Na Europa, o espaço ocupado por este posicionamento ideológico ressurgiu com força (seja em sua versão “tradicional” ou mediante sua face mais extremada), após considerável retração na década de 1990 e início dos anos 2000 (MUDDE, 2007). A eleição do Parlamento Europeu, em 2014, foi um expoente disso, quando a chamada “frente conservadora”³ logrou conquistar a maioria das cadeiras. Ainda que com plataformas distintas, os partidos da referida frente compartilham motivações muito próximas em seus discursos, dentre os quais são sobressalentes a exaltação ao nacionalismo, a conduta anti-imigração e a presença de propostas para a saída do Bloco Europeu. O recente episódio do *Brexit* (*Great Britain exit*)⁴ foi outro demonstrativo da conjuntura atual no continente europeu que chamou a atenção pelo mesmo motivo. Além de expor um posicionamento político até então não muito visível na Grã Bretanha, a decisão foi vista como um fator encorajador, a partir do qual líderes partidários de demais

³ Dentre os partidos considerados de extrema-direita que elencam este grupo estão: Frente Nacional (França), Aurora Dourada (Grécia), Partido Nacional Democrata Alemão, Partido dos Verdadeiros Finlandeses, Partido da Independência do Reino Unido, Partido da Liberdade da Áustria, Jobbik (Hungria), Partido Popular da Dinamarca e o Movimento 5 Estrelas (Itália).

⁴ Referendo realizado no dia 23/06/2016, no qual a maioria da população britânica votou pela saída do Reino Unido da União Europeia.

países (França, Holanda, Itália, Áustria, Suécia, Alemanha e Dinamarca) manifestaram interesse em realizar plebiscitos com o mesmo fim.

Longe de ser um fenômeno exclusivo do “velho mundo”, a onda de movimentos “à direita” atravessou o oceano e vem se mostrando bastante proeminente na América do Norte e também ao Sul do hemisfério, como ficou atestado pela eleição de Donald Trump como 45º Presidente dos Estados Unidos da América, em novembro de 2016. Com traços distintos, o crescimento desta corrente do lado de cá do Atlântico caracteriza-se por ter maior expressão na figura dos atores políticos do que nos partidos que estes representam. Tal constatação não é novidade no que diz respeito às democracias contemporâneas. Já na década de 1990, Bernard Manin (1995), afirmou que esta concentração na figura do ator político resultaria da possibilidade de interações entre os representantes e representados, viabilizada pelos meios de comunicação em massa, padrão de comportamento político eleitoral por ele denominado de “democracia do público” (MANIN, 1995; 2013).

No caso específico da cultura política brasileira, como demonstrou Marcello Baquero (1994; 2000), o perfil do eleitor é bastante pragmático e personalista, posicionamento que decorreria do descrédito e da desconfiança dos eleitores com relação à política e aos políticos, assim como de um sentimento de ineficácia da política (BAQUERO, 2000, p. 149). Diferentemente dos EUA e, principalmente, da Europa, não há no Brasil um partido político de grande expressão eleitoral que se auto-intitule abertamente porta-voz da ideologia de direita. O argumento mais aceito para esta lacuna eleitoral, por assim dizer, é o de que tal postura decorre da imagem que habitualmente se faz da direita como a força militar dominante no período ditatorial brasileiro (1964-1985), a que se deveria, também, a crença de que a redemocratização e as conquistas angariadas com a Constituição de 1988 a havia extinguido. Acontecimentos recentes, no entanto, trazem à luz a necessidade de se repensar este suposto.

No contexto brasileiro, o crescimento do discurso de direita ganhou espaço nos últimos anos e chama a atenção por suas diferentes ramificações, tal como por surgir na contramão, ou até mesmo como possível resposta, às experiências observadas na América Latina nas últimas décadas. Após os anos de consonância

ideológica com os demais países latinos vivenciados no Lulismo (SINGER, 2012) e que tiveram continuidade com a sucessão de Dilma Rousseff, o discurso de direita começou a tomar vulto, ainda que de forma dispersa, e mostrou-se bastante evidente nas manifestações ocorridas em diversas cidades brasileiras no ano de 2015.⁵ Já na organização destas manifestações pode-se perceber algo até então ainda não claramente estimado: a força da internet e das redes sociais na formação e pulverização de opiniões políticas. Organizadas e motivadas através das redes sociais, sobretudo no Facebook, o impulso para a grande adesão às manifestações se deu através das páginas de três grupos principais: Movimento Brasil Livre, Endireita Brasil e Vem pra Rua⁶.

Além de expor uma miríade de descontentamentos de significativa parcela da população brasileira com o governo e com a classe política, estas manifestações trouxeram à tona diferentes sentidos em torno dos quais o discurso de oposição “à direita” foi se consolidando e que foram bastante significativos para a articulação do discurso *pró-impeachment* da então Presidente Dilma Rousseff. Além disso, os eventos realizados com esta finalidade deram voz à uma multidão com ideias e motivações políticas que pareciam, até então, isoladas. Ainda que se possa considerar que várias das propostas defendidas pelos manifestantes fossem contraditórias entre si, restou claro que a “condensação” dos discursos ali presentes logrou êxito. Antes que adentrarmos na análise destes discursos e dos sentidos que o compõe, faz-se necessário que tornemos claro a concepção de discurso por nós considerada neste trabalho.

3. Discurso e articulação de sentidos

⁵ Avalia-se com frequência que o “gérmen” destas manifestações esteve presente já nas chamadas “Jornadas de junho”, de 2013. Contudo, as manifestações a que se faz referência aqui dizem respeito a um discurso já mais articulado, marcadamente de oposição à ex-Presidenta Dilma Rousseff. Dentre estas, as de maior número de participantes ocorreram nos dias 15 de março, 12 de abril e 16 de agosto de 2015.

⁶ Inicialmente, englobamos em nosso estudo também a página do “Revoltados online”, a qual foi excluída de nosso recorte por haver sido retirada do ar.

A categoria de discurso que fazemos uso advém da teoria do discurso, linha teórica fundada pelos filósofos políticos Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1987)⁷ seus principais expoentes. Trazendo em sua origem um rompimento com a matriz teórica estruturalista, esta vertente analítica incorpora conceitos de diferentes áreas em sua formulação⁸. Vinculado à corrente pós-estruturalista, vertente teórica crítica das visões essencialistas da sociedade, o pensamento laclauiano pode ser mais bem caracterizado como um “pensamento pós-estruturalista de matriz pós-fundacional” (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014, p. 38). Esta matriz pós-fundacionalista à qual Mendonça e Rodrigues fazem menção diz respeito principalmente à incorporação das noções da falta e de descentramento⁹, cuja influência pode ser percebida na afirmação do caráter contingente e precário que a teoria do discurso atribui às identidades e, conseqüentemente, ao próprio social. Tais características permitem entender o discurso enquanto uma prática articulatória, na qual a fixação ou o deslocamento de diferenças atravessa toda uma estrutura, materializada nas instituições, práticas e rituais de uma formação discursiva (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 183). Desta forma, a teoria do discurso concebe o social como um espaço discursivo, permeado pela disputa, pela contingência e pela precariedade dos fundamentos.

Daí procede o argumento dos autores sobre a inviabilidade da abordagem dos sujeitos e sociedades atuais, cada vez mais fragmentados, por vieses interpretativos essencialistas, em sua visão, incapazes de capturar a complexidade dessas identidades. Para eles, as relações sociais constituem-se em torno de uma assimetria fundamental, que decorre da crescente proliferação das diferenças. Não sendo possível tratar de uma sociedade homogênea e “fundante de seus processos parciais”, os autores abdicam desta terminologia e empregam, em seu lugar, “o social”. Por possuir caráter constitutivo, o social é necessariamente desprovido de essência, devendo ser entendido em termos discursivos, ou como uma “estrutura

⁷ Difundida, sobretudo, a partir da obra *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics* (1987).

⁸ Sobretudo da filosofia (Martin Heidegger, Ludwig Wittgenstein, Jacques Derrida, Michel Foucault), da linguística (Ferdinand de Saussure) e da psicanálise (Sigmund Freud e Jacques Lacan). Esta multiplicidade de influências não só expressa a complexidade inerente à sua formulação como faz da teoria do discurso uma ferramenta pertinente em diversos campos do conhecimento.

⁹ Trazida da filosofia de Jacques Derrida.

discursiva”. Trata-se de uma prática articulatória, que constitui e organiza as relações sociais (LACLAU e MOUFFE, 2015, p 167).

A “não-essência”, por sua vez, não se restringe ao social como um espaço amplo dentro do qual os indivíduos ou sujeitos “totais” relacionam-se, pois as identidades são também formadas por fixações parciais, sempre incapazes de fixar-se totalmente. A não fixação última é, por sua vez, o que torna possível haver fixações parciais, do contrário, o fluxo das diferenças seria impossível. À seu turno, para que hajam fixações parciais de sentidos, faz-se necessário que estes *articulem-se* na construção de um *discurso hegemônico*.

A categoria de articulação, que é central na proposta de análise aqui delineada, fornece o ponto de partida para a elaboração que os autores fazem do conceito de hegemonia¹⁰. Conforme Laclau e Mouffe, a construção teórica desta categoria exige a consecução de duas tarefas, quais sejam: o estabelecimento da possibilidade de especificar os elementos que compõem a *relação articulatória* e a determinação do *momento relacional* específico que abrange dada articulação (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 167)¹¹. Para elucidar a maneira como essa articulação “age” na formação das estruturas discursivas, destacamos o seguinte trecho:

Chamaremos de *articulação* qualquer prática que estabeleça uma relação tal entre elementos de tal modo que a sua identidade seja modificada como resultado da prática articulatória. A totalidade estruturada resultante desta prática articulatória, chamaremos *discurso*. As posições diferenciais, na medida em que apareçam articuladas no interior de um discurso, chamaremos *momentos*. Por contraste, chamaremos *elemento* toda diferença não discursivamente articulada (LACLAU & MOUFFE, 2015, p.178, grifos do autor).

As noções de momento e elemento dizem respeito aos sentidos passíveis de serem articulados em um discurso. Sendo, como afirmado, toda identidade

¹⁰ O conceito de Hegemonia tem uma longa história. Sua elaboração pode ser encontrada já em Marx e Lênin e, posteriormente, Gramsci, de quem Laclau toma o conceito como base para, depois, reformulá-lo (PINTO, 2009, p. 102).

¹¹ Os conceitos de articulação e hegemonia elaborados por Laclau e Mouffe têm influência da formulação althusseriana destas categorias, perceptível principalmente na afirmação do caráter incompleto, aberto e politicamente negociável das identidades.

relacional e todo discurso subvertido (por um campo de discursividade que lhe excede), a transição de “elementos” para “momentos” nunca pode ser completa. Assim sendo, os “elementos” atuam, dentro do campo da discursividade como significantes flutuantes. Tais significantes são assim denominados por serem impossíveis de ser totalmente articulados em uma cadeia discursiva (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 188). A prática da articulação, portanto, consiste na construção de pontos nodais que fixam sentido parcialmente; e o caráter parcial dessa fixação advém da abertura do social, resultante, por sua vez, do constante transbordamento de todo discurso pela infinitude do campo da discursividade.

Toda prática social é, portanto, em uma de suas dimensões, articulatória (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 188). De modo mais claro, por este princípio, qualquer discurso político é sempre contingente e precário, é sempre um produto da articulação, a qual não se dá de modo automático ou pré-concebido, visto que não há necessidade prévia para que ela aconteça. Disto tem-se que o social é tomado por discursos que disputam entre si o caráter de verdade. Não havendo uma verdade final a ser alcançada, ou seja, não havendo uma “essência” propriamente dita, a essência, logo, a verdade, torna-se contingente.

Para os fins propostos neste estudo, é central que apresentemos também a categoria de antagonismo atinente a teoria do discurso, a qual constitui-se de duas lógicas à ela inerentes: a lógica da diferença e a lógica da equivalência. Começamos pela lógica da diferença. Laclau e Mouffe afirmam que os sujeitos ocupam posições diferenciais nos discursos, o que possibilita que os caracterizemos como particularidades. Entretanto, a existência de antagonismos sociais cria fronteiras internas na sociedade. Enquanto não articulada com outras identidades, essa particularidade mantém-se como uma identidade positiva. Existindo um antagonismo interno que estabeleça uma barreira para mais de uma destas particularidades, como, por exemplo, um regime opressor, as diferentes particularidades passam a estabelecer uma relação de equivalência entre si, pois unem-se em oposição a um “inimigo” comum (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 40).

O antagonismo seria, então, o limite das relações de articulação dentro de uma prática articulatória. Neste processo, as identidades resultam modificadas,

porém, uma parte de seu sentido original permanece intacta, pois a lógica da equivalência não anula totalmente a identidade quando a modifica. Esta manutenção do sentido original é o que permite determinada identidade participe de qualquer outro discurso no tecido social. Frente ao discurso que estabelece a lógica da equivalência, como no exemplo que é dado pelos autores, a existência de um regime opressor, torna-se necessário que alguém represente a totalidade da cadeia (de equivalência), para além dos particularismos diferenciais ligados pelos laços de equivalência. Em dada situação, somente uma particularidade cujo corpo esteja “dividido”, sem deixar de ser sua própria particularidade, pode transformar seu “corpo” na representação de uma universalidade que a transcende (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 40). Deve-se ter em mente que embora utilizemos termos como “particularidade” e “sujeito”, no âmbito da teoria do discurso, as formulações não dizem respeito ao indivíduo, mas sim ao discurso, no qual este está inserido.

4. Discurso e ambiente virtual

Como mencionado no início do trabalho, em nossa análise são considerados os discursos concernentes à nova direita brasileira no ambiente virtual, mais especificamente, na rede social Facebook. Ao optarmos pelo uso desta plataforma para nosso estudo, concordamos com o argumento de Kozinets (2014), segundo o qual o ambiente virtual é um local no qual a tecnologia não determina a cultura, uma vez que elas são forças codeterminantes e coconstrutivas (KOZINETS, 2014, p.28). Neste sentido, Marques (2016) reforça que ao abordarmos as relações online, deve-se evitar a ideia de que sites, blogs e redes sociais reconfiguram comportamentos e atitudes quase que automaticamente.

A importância de se contemplar estes espaços para a compreensão de fenômenos políticos vem sendo reforçada por diferentes aspectos. Por constituírem espaços de interação social no qual os usuários não apenas recebem as informações de forma passiva, mas são também agentes multiplicadores de conteúdo, a potencialidade de ação existente neste universo suscitou esperanças relativas à própria reconfiguração da democracia participativa (TORET, 2012;

CARREIRO, 2012; CASTELLS, 2009). Segundo esta perspectiva, o uso de plataformas digitais apresenta-se como uma nova modalidade de participação política a ser explorada pela cidadania, despida das burocracias presentes nos mecanismos de representação política vigentes, cuja credibilidade é cada vez mais contestada.

Diferentes expressões foram adotadas para caracterizar a participação de cunho político no ambiente digital. A mais comum delas é a denominação de *ciberativismo*, a qual Silva (2014) conceitua como “uma expressão do uso politizado da tecnologia que revela potencialidades de envolvimento políticos mais participativos e horizontalizados em comparação ao modelo partidário de participação e representação política (SILVA, 2014, p. 3). Neste sentido, Lattman-Weltman (2015) aduz a ideia de que as redes sociais podem ser interpretadas como uma forma de “esfera pública digital”¹², de modo análogo ao experimentado nos primórdios da difusão espacial da imprensa no século XIX. Conforme argumenta, a expansão no acesso às plataformas digitais vem favorecendo a ampliação da participação argumentativa de um universo cada vez mais amplo e diversificado de indivíduos.

Todavia, as interpretações acerca da expansão do acesso a estes espaços de deliberação pública não devem ser restritos ao seu potencial papel agregador. Silva (2014), chama a atenção ao fato de que o contato direto entre cidadãos e representantes via *webpáginas* pode incidir no reforço do notório personalismo político brasileiro e, conseqüentemente, fomentar o desprezo pelas instituições intermediárias (SILVA, 2014, p. 4). Paralelamente, Lattman-Weltman (2015) indica os prováveis efeitos de polarização e radicalização, que estes espaço viabilizam. Neste sentido, estudos recentes têm apontado a necessidade de se relevar um aspecto emergente nas discussões acerca do direcionamento de conteúdo nas plataformas digitais, que diz respeito aos algoritmos utilizados. O ponto levantado nestas discussões alerta para o fato de que os algoritmos empregados nestas plataformas tenderiam a influenciar o tipo de conteúdo ao qual se tem acesso (DEL VICARIO et all, 2016). Deste direcionamento resultaria o estímulo a adoção do viés

¹² No sentido habbermasiano.

de confirmação por parte dos usuários, que consiste em uma tendência à busca e interpretação de informações que confirmem percepções e crenças já assumidas.

A parte de estabelecer se as redes sociais constituem-se como ferramentas mais benéficas ou mais nocivas à consolidação democrática, resta indiscutível a importância de aprofundarmos a compreensão das dinâmicas existentes nesta plataforma, dada a expressão que esta possui na mobilização política. Pela própria dinâmica da vida moderna, na qual a linha que divide o mundo “*offline*” do “*online*” mostra-se cada vez mais indefinida, a complexidade cotidiana transposta para este ambiente permite que as análises realizadas captem uma riqueza de informações que passaria despercebida em outros ambientes.

Feitas estas ressalvas, abordaremos a partir de agora a relação estabelecida entre os sentidos enunciados pelos diferentes discursos por nós analisados no ambiente digital, a forma como estes se articularam e sua relação com a mídia tradicional.

5. O discurso da mídia e os sentidos atribuídos pelos movimentos:

Ao longo do ano de 2015 foram organizadas diversas manifestações questionando a lisura do pleito para a presidência da República que ocorreu no ano anterior, bem como a gerência dos representantes eleitos sobre as políticas econômicas e sociais de competência do governo federal. Segundo TATAGIBA, TEIXEIRA E TRINDADE (2015), essas foram as primeiras manifestações com um caráter mais a direita desde o período da democratização e conseguiram atingir diversos segmentos sociais que se unificaram em torno de um discurso anti governista potencializado após o recebimento do pedido do Impeachment da então Presidenta Dilma Rousseff pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, em dezembro de 2015.

As manifestações, que inicialmente apresentavam múltiplos sentidos compartilhados em torno do antagonismo ao governo petista, assumiram um caráter focal em torno do discurso do Impeachment da Presidenta Dilma no segundo semestre de 2015. Eis que, por encomenda do partido tucano, os juristas Janaína

Pascal, Hélio Bicudo e Miguel Reale Junior deram início a investigações sobre a política econômica do governo Dilma, concluindo pela possibilidade dela ter incidido em crime de responsabilidade e, por conta disso, ser definitivamente afastada de seu cargo.

A notícia causou um grande impacto nos movimentos de rua - a destacar o Movimento Brasil Livre, Endireita Brasil e Vem pra Rua - que compartilhavam da ojeriza às diretrizes do governo petista e que buscavam, à época, mecanismos de reduzir a influência decisória da Presidenta por meio da agitação e conscientização popular. Por conta disso, o apoio e a cobertura da imprensa se tornaram fundamentais para que os movimentos atingissem seu objetivo final: o processamento e condenação de Dilma Rousseff.

Na disputa pela melhor retórica em torno do *impeachment*, se formou um instigante jogo de interesses entre os principais veículos de comunicação e as lideranças dos movimentos. As Organizações Globo e a Folha de São Paulo, por exemplo, se mostraram, no início do processo de Impeachment, temerosas com a instabilidade política que o recebimento da denúncia poderia gerar e desmotivaram o prosseguimento do processo, o que foi amplamente denunciado pelos movimentos à época.

Em editorial publicado no dia 07 de agosto de 2015, o Jornal “O Globo” denunciou os acordos políticos que estavam acontecendo entre os partidos sub representados na Câmara dos Deputados e partidos opositores do governo, sob comando do PSDB, e a influência do então presidente da Câmara dos Deputados - Eduardo Cunha - na agenda de votação da Casa Legislativa como manobra para o arquivamento das denúncias em seu nome desencadeadas pelos resultados das investigações realizadas no âmbito da Operação Lava-Jato. O jornal conclui que:

É preciso entender que a crise política, enquanto corrói a capacidade de governar do Planalto, turbinou a crise econômica, por degradar as expectativas e paralisar o Executivo. Dessa forma, a nota de risco do Brasil irá mesmo para abaixo do “grau de investimento”, com todas as implicações previsíveis: redução de investimentos externos, diretos e para aplicações financeiras; portanto, maiores desvalorizações cambiais, cujo resultado será novo choque de inflação. Logo, a recessão tenderá a ser mais longa, bem como, em decorrência, o ciclo de desemprego e queda de renda. Tudo isso

deveria aproximar os políticos responsáveis de todos os partidos para dar condições de governabilidade ao Planalto (O GLOBO, editorial de 07 de agosto de 2015).

Seguindo a linha do editorial, o Jornal Nacional daquela noite exibiu uma reportagem na qual a Presidenta Dilma Rousseff se defende das acusações oposicionistas e garante que possui condições de governar o país e de sanar a crise institucional que havia se dado pela migração de partidos da base aliada para a oposição porque ela detém a legitimidade dos votos que a elegeram.

Tal manifestação - assim como a ênfase que a Rede Globo deu a tal resposta - foi recebida com reprovação pelos movimentos que defendiam a saída da Presidenta. Desde o ano anterior eles disputavam - em relação antagonística com os defensores do governo - que a eleição da então Presidenta foi fraudulenta e que ela não tinha legitimidade para ocupar o cargo. Ter seu principal argumento refutado colocava a maior emissora do país na condição de inimiga, e os movimentos passaram a se articular, em relação de equivalência, na construção de uma visão crítica em relação a parcialidade do órgão de comunicação.

Nesse sentido, foram compartilhadas nas redes sociais diversas informações vinculando a grande imprensa com a implementação de uma ditadura comunista no país, sendo ela a principal responsável pela continuidade do Partido dos Trabalhadores no poder e as consequências desastrosas da implementação dessa política.

A visão sobre os meios de comunicação - expresso principalmente em cartazes contrários a organização Globo - persistiu nos demais atos realizados ao longo de 2015. Nem mesmo após o recebimento do pedido de Impeachment, no início do mês de dezembro, houve aproximação entre o discurso dos movimentos e das organizações Globo. Tal controvérsia resta evidenciada no tratamento que a imprensa deu aos grandes atos que ocorreram nas principais cidades do país no dia 13 de dezembro de 2015, motivados pela decisão do Supremo Tribunal Federal em determinar que a admissibilidade do pedido de Impeachment deveria ser apreciada nas duas casas Legislativas. Visando tornar o processo mais simples e mais célere, os movimentos defendiam a ideia de que o pedido de cassação da Presidenta

deveria ser recebido somente na Câmara dos Deputados, cabendo ao Senado a tarefa exclusiva de julgar a existência - ou não - de crime de responsabilidade. Diante da omissão legislativa, a Casa Suprema de Justiça determinou que a admissibilidade do pedido deveria ser apreciado duas vezes: uma na Câmara dos Deputados e outra no Senado Federal. Tal entendimento desagradou os movimentos, que imediatamente se unificaram para chamar um grande ato designado para o dia 13 de dezembro de 2015. As organizações Globo prontificaram-se em fazer a cobertura das manifestações, mediante a exibição em tempo real dos atos e discursos das principais lideranças dos movimentos.

A despeito do acordo firmado, no dia das manifestações a programação televisiva seguiu o roteiro tradicional, dando pouco - ou nenhum - espaço para os atos realizados. Jornais de ampla circulação - como a Folha de São Paulo - fizeram pequenas matérias dizendo que os atos resultaram em um grande fracasso e que havia pouca mobilização popular requerendo a saída da Presidenta. O jornalista Chico Pinheiro, âncora do Jornal Bom Dia Brasil, chegou a afirmar no twitter que o Impeachment era golpe e que o Congresso Nacional não tinha idoneidade moral para condenar a petista.

A reação dos movimentos foi imediata. Os meios de comunicação foram acusados de firmarem acordos imorais e ilícitos entre a cúpula petista e seus representantes do Judiciário, colaborando e se favorecendo de práticas corruptivas. Em 14 postagens realizadas entre os dias 13 de dezembro e 31 de dezembro de 2015, o Movimento Brasil Livre vinculou a imagem da imprensa enquanto parcial, pouco reflexiva e afeita a filiações ideológicas em detrimento de um jornalismo imparcial de boa qualidade. O Movimento Endireita Brasil, por sua vez, considerou a Rede Globo como uma das cinco piores invenções nacionais e responsável pelo maior desserviço informativo do país, por meio do compartilhamento de 5 postagens no período. Compartilhando os sentidos dos demais movimentos, o Movimento Vem pra Rua classificou a imprensa como alienada, parcial e burra, através do compartilhamento de 12 postagens no período.

A divergência de interesses entre os sentidos compartilhados pela imprensa, na época, e os movimentos era bastante nítida. A perseguição a Rede Globo -

utilizando-se do velho chavão da esquerda “manipuladora” - e a outros órgãos de imprensa bastante tradicionais - destacando-se a Folha de São Paulo - era expresso por meio do compartilhamento de postagens de tom pejorativo, vinculando o texto jornalístico ao financiamento partidário. Nesse sentido, de se destacar a postagem do Movimento Brasil Livre e compartilhada pelos demais movimentos, que dizia o seguinte texto: “*Você daria dinheiro para o PT? Não? Então por que você continua assinando a Folha?*”

A cobertura que os meios de comunicação faziam das manobras políticas em meio ao recesso forense, que foi até o fim do mês de fevereiro de 2016, eram recebidas com ressalvas pelos movimentos, que não raro compartilhavam uma foto da capa do jornal com correções de conteúdo realizadas sob ela em tinta vermelha, objetivando demonstrar o jogo de interesses da imprensa e um eventual vínculo dela com o Partido dos Trabalhadores.

Porém, tal visão passou a se modificar conforme a mudança de posicionamento de segmentos da imprensa. Mediante o prosseguimento do processo de Impeachment e o apoio de significativa parcela da classe política, os movimentos designaram importantes atos para os dias 13 de março e 16 de abril de 2016. Eles receberam ampla cobertura televisionada, com interrupção na programação normal de domingo da televisão para mostrar as manifestações nas diferentes capitais e enfatizar o apoio popular ao *Impeachment* de Dilma.

Igual atenção recebeu a votação da Câmara dos Deputados acerca da admissibilidade do pedido de Impeachment da Presidenta, no qual a Rede Globo interrompeu a programação habitual para transmitir, ao vivo, a decisão de cada parlamentar. A emissora chegou a ser o veículo mais assistido por alguns minutos daquele dia, chegando a atingir os 33 pontos no Ibope.

A mudança do enfoque midiático, que passou a tratar os movimentos enquanto sujeitos políticos significativos e trouxe maior visibilidade a crise política, fez com que houvesse recuo nas críticas dirigidas às organizações Globo. Ao longo dos meses de abril, maio, junho e julho não há nenhum registro sobre a existência de uma crítica direta a qualquer meio de comunicação vinculado às Organizações Globo.

A aproximação entre os movimentos e o veículo jornalístico restou evidenciada na cobertura dispensada nos atos que ocorreram no dia 31 de julho de 2016 requerendo a condenação da Presidenta Dilma no Senado Federal, determinando-se pelo seu afastamento definitivo. Os atos foram transmitidos na televisão aberta em tempo real, por meio de plantões jornalísticos entre a programação habitual de domingo. Os canais pagos fizeram uma ampla cobertura, acompanhando as movimentações desde a sua organização até a dispersão final.

A cobertura dos eventos seguintes, que culminaram na procedência do pedido de cassação da Presidenta, seguiram exemplarmente divulgados pelos veículos de comunicação. Quando da investigação das postagens realizadas pelos movimentos, verifica-se que as matérias foram compartilhadas como fontes, sem que fosse dispensada nenhum comentário sobre a veracidade ou não daquilo que fora alegado.

Em relação ao jornal Folha de São Paulo, contudo, a interpretação é diferente. Os movimentos acusam o jornal de reduzir a dimensão das manifestações organizadas por eles e enfatizar os atos organizados pelos defensores do Partido dos Trabalhadores. O jornal é significado como uma panfleto esquerdista mal embasado, que dá ouvidos somente a “semi-intelectuais” e totalmente descomprometido com a verdade, com a democracia e com o desenvolvimento nacional. Há um constante incentivo para que os seguidores dos movimentos deixem de compra-lo ou assiná-lo, como forma de boicote e como medida indispensável para conter a propagação da ideologia de esquerda.

Das 134 postagens realizadas pelos movimentos no período abril/agosto de 2016, 78 tinham por objeto questionar a qualidade jornalística das matérias divulgadas pela Folha, arguindo que o conselho editorial proibia que fossem publicadas matérias que denegrise a imagem petista, seu principal patrocinador.

Disso se depreende que a imagem que os movimentos tinham da mídia não é uniforme e varia de acordo com os interesses defendidos por elas. Enquanto a Globo se mostrava resistente ao Impeachment da Presidenta Dilma, ela recebeu diversas críticas por parte das lideranças do movimento. Quando essa compreendeu que o afastamento da candidata petista era inevitável e concedeu maior cobertura

para os atos realizados pelos movimentos, ela passou a ser mais bem vista. A Folha de São Paulo, por se manter alheia aos interesses dos movimentos, foi vista com maus olhos.

Tais mudanças de perspectivas, na teoria de discurso político proposta por Laclau e Mouffe (2015), podem ser explicadas pelo corte antagônico que estabelecia no discurso nacional à época. O campo discursivo político dividia-se, estando, de um lado, os defensores da legalidade do Impeachment e, de outro, aqueles que consideravam que o pedido resultava de medida persecutória a Presidenta e não deveria prosperar, uma vez que os próprios deputados, que exerceriam a função de julgadores, estavam sendo investigados pela prática de crime de corrupção. Essa divisão do campo, no qual dois lados defendem concepções distintas, é denominada como corte antagônico ou antagonismo.

Em meio a bipolarização do campo, coube aos órgãos de imprensa posicionarem-se. Inicialmente, as Organizações Globo requereram prudência aos partidos de oposição, compartilhando os sentidos discursivos emanados entre os que defendiam a permanência de Dilma Rousseff na chefia do Poder Executivo. Tomando-se o arcabouço interpretativo fornecido pela teoria do discurso, entendemos que existem diferenças discursivas entre a Rede Globo, os movimentos sociais, o Partido dos Trabalhadores e os sindicatos. Contudo, antagonizados por um inimigo comum (nesse caso, materializado no discurso dos pró-Impeachment), esses discursos podem compartilhar sentidos discursivos comuns, por exemplo, a permanência da candidata petista em seu cargo até o fim do mandato pelo qual ela foi eleita. Ainda que muito diferentes entre si, o que permite que esses movimentos compartilhem sentidos discursivos em comum é o que Laclau e Mouffe nomeiam “relações de equivalência”.

Contudo, o discurso não é imutável nas condições de tempo/espço. Interesses difusos fizeram com que houvesse uma modificação no discurso da Rede Globo, de tal forma que a relação de equivalência que ela havia mantido com os defensores de Dilma se desfez para se tornar uma relação de diferença. Os meios de comunicação passaram a compartilhar o processo de significação do Impeachment como significavam os defensores da cassação da Presidenta,

passando a figurar no outro pólo da relação antagônica. Tal mudança é identificada quando da observação do discurso dos próprios movimentos estudados, visto que é nítida a mudança na forma com que eles significaram a mídia ao longo do período do Impeachment.

Em relação a Folha de São Paulo, contudo, não se verificou no discurso dos movimentos alteração de seu posicionamento no pólo antagônico. Por conta disso, houve uma tentativa constante de deslegitimar a formato jornalístico do jornal, vinculando-o a um discurso de esquerda, descomprometido com os valores da liberdade de expressão e do desenvolvimento nacional.

Disso decorre que os movimentos não veem a imprensa enquanto uma construção uniforme e desprovida de interesses. Eles vem a denunciar que o processo de formação de opinião é parcial e atende a interesses específicos. Vinculados a concepção ideológica centrada mais à direita, há um comprometimento com a defesa de valores jornalísticos centrados na liberdade de expressão e que se preocupem em denunciar as mazelas do excesso de intervenção estatal na vida dos sujeitos, bem como na desconstrução da imagem dos meios de comunicação que não se coloquem de acordo com os interesses defendidos. Nesse contexto, as redes sociais assumem o papel de fontes de informação idôneas, em contraposição aos meios tradicionais de mídia.

6. Considerações

Valendo-se da teoria do discurso proposta por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, desenvolveu-se a presente investigação objetivando-se identificar os sentidos compartilhados entre os Movimentos Vem pra Rua, Endireita Brasil e Brasil Livre e a imprensa nacional, destacando-se os jornais O Globo e Folha de São Paulo. Considerando a instabilidade política do país - antagonizado entre os discursos dos defensores da candidata petista e os discursos dos opositores - não se pode afirmar que a identidade dos movimentos e dos órgãos de imprensa tenha se constituído de forma linear e coerente.

Desde o resultado das eleições de 2014, que elegeu Dilma para a chefia do Poder Executivo, os movimentos estudados articulam-se em torno do discurso que questiona a lisura do pleito e a legitimidade da candidata em permanecer no poder após 12 anos de governo petista. A defesa de tal posicionamento norteou a atuação das lideranças dos movimentos, e foi razão principal para a tomada das ruas no ano de 2015.

A instabilidade institucional gerada pelo questionamento da legitimidade da recém eleita Presidenta foi recebido com ressalvas pela comissão editorial do Jornal O Globo. Tal entendimento foi muito criticado pelos movimentos, que passaram a questionar a legitimidade dos jornalistas e vinculá-lo enquanto um órgão difusor da ideologia de esquerda.

Com o aumento das manifestações e a adesão de diversos segmentos ao pedido de Impeachment, a Rede Globo reconsiderou seu posicionamento e fez uma grande cobertura de todos os eventos que resultaram no afastamento de Dilma. A Folha, contudo, manteve seu posicionamento até o final do processo. Por conta disso, houve uma tentativa constante de deslegitimar a formato jornalístico do jornal, vinculando-o a um discurso de esquerda, descomprometido com os valores da liberdade de expressão e do desenvolvimento nacional.

Disso decorre que a relação estabelecida entre os movimentos e a imprensa é de constante renegociação dos papéis assumidos, visto que as eventuais alianças ou diferenças se dão de acordo com os interesses defendidos por cada um deles. Nesse sentido, há de se frisar que a imprensa não mais assume o papel imparcial de difusão de informação, estando sempre vinculada na defesa de um interesse específico.

Referências

BAQUERO, M. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Ed. Universidade/UFRGS. Porto Alegre, 2000, 192p.

_____. Os desafios na construção de uma cultura política democrática na América Latina: estado e partidos políticos. In: BAQUERO, M. **Cultura política e democracia: os desafios das sociedades contemporâneas**. Ed. da UFRGS. Porto Alegre, 1994, p. 26-41.

CARREIRO, R. O espaço local e o estudo dos ganhos democráticos via participação política online. In: **Teoria e Pesquisa**. São Carlos, UFSCar, v. 21, n. 2, jul/dez 2012, p. 108-122.

CASTELLS, M. **Comunicación y Poder**. Madri, Alianza Editorial, 2009.

DEL VICARIO, M; BESSI, A; ZOLLO, F; PETRONI, F; SCALA, A; CALDARELLI, G; STANLEY, H. E; QUATTROCIOCCI, W. The Spreading of misinformation online. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**. Washington, vol. 113, nº. 3. 2016, p. 554-559.

JORNAL O GLOBO. **EDITORIAL**: Manipulação no Congresso ultrapassa limites. Publicado em: 07 de agosto de 2016. Disponível em: http://oglobo.globo.com/opiniao/manipulacao-do-congresso-ultrapassa-limites-17109534?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=compartilhar. Acesso em março de 2017.

KOZINETS, R. V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Tradução Daniel Bueno. Penso. Porto Alegre, 2014. 203p.

LACLAU, E; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia Socialista: Por uma política democrática radical**. Brasília: Editora Intermeios, 2015. 287 p.

LATTMAN-WELTMAN, F. Democracia e revolução tecnológica em tempos de cólera: Influência política midiática e radicalização militante. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 2015, Rio de Janeiro. **Anais**: Compolítica, 2015.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano 10, nº 29. 1995, pp 5-34.

MENDONÇA, Daniel. RODRIGUES, Léo Peixoto. In: MENDONÇA, Daniel. RODRIGUES, Léo Peixoto (Orgs). **Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau**. 2ed - Porto Alegre: EdiPUCRS, 2014, 212p.

MUDDE, C. **Populist Radical Right Parties in Europe**. Cambridge University Press. Cambridge, UK, 2007, 404p.

PINTO, Céli R. J. Elementos para uma análise de discurso político. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, nº 24, 2009, p. 78 – 109.

SILVA, R. B. Mídias sociais e política: os partidos no Facebook. **ALCEU**, Rio de Janeiro, vol. 14, nº 28. Jan/jul, 2014, p. 2002-223.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo: Reforma gradual e pacto conservador**. Cia das Letras, São Paulo, 2012, 280p.

TATAGIBA, L.; TEIXEIRA, A, TRINDADE, T. Protestos à Direita no Brasil. In: **Direita, Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. Sebastião

Velasco e Cruz; André Kaysel; Gustavo Codas (Orgs). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p.197-213.

TORET, J. Um olhar tencopolítico sobre os primeiros dias do #15M. In: COCCO, G. E ALBAGLI, S. **Revolução 2.0 e a crise do capitalismo global**. Garamond, Rio de Janeiro. 2010, p. 138-150.